



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº

10380.003336/2003-10

Recurso nº

Especial do Procurador

Acórdão nº

9303-004.699 – 3ª Turma

Sessão de

21 de março de 2017

Matéria

CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. SELIC

Recorrente

FAZENDA NACIONAL

Interessado

TRÓPICO COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/04/1997 a 31/12/1997, 01/04/1998 a 31/12/1998

CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. OPOSIÇÃO DE ATO ESTATAL. INCIDÊNCIA DA SELIC. APLICAÇÃO DO ART. 62 DO RICARF

Consoante já decidido pelo STJ no rito dos processos repetitivos, a oposição de ato estatal que restringe, indevidamente, o resarcimento postulado justifica a incidência da taxa Selic sobre o montante indeferido.

Recurso Especial do Procurador provido em parte

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial da Fazenda Nacional e, no mérito, em dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do relator. Votaram pelas conclusões as conselheiras Tatiana Midori Migiyama, Érika Costa Camargos Autran e Vanessa Marini Cecconello.

(assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em Exercício

(assinado digitalmente)

Charles Mayer de Castro Souza – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Rodrigo da Costa Pôssas, Charles Mayer de Castro Souza, Andrada Márcio Canuto Natal, Júlio César Alves

Ramos, Demes Brito, Tatiana Midori Migiyama, Vanessa Marini Cecconello e Erika Costa Camargos Autran.

Relatório

Trata-se de Recurso Especial de Divergência interposto tempestivamente pela Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN contra o Acórdão nº 3201-001.041, de 18/07/2010, proferido pela 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da Terceira Seção do CARF, que fora assim ementado:

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados IPI

Período de apuração: 01/04/1997 a 31/12/1997, 01/04/1998 a 31/12/1998

CRÉDITO PRESUMIDO. VALORES APURADOS POR MEIO DE DILIGÊNCIA.

Sendo constatado pela fiscalização, em diligência, divergência favorável ao contribuinte entre o valor pleiteado e o apurado para fins de resarcimento de crédito presumido, é desnecessária a formulação de novo pedido em atenção aos princípios que norteiam a atuação da Administração Pública Federal, tendo em vista que o crédito originalmente pleiteado excedia o valor discutido em sede recursal.

CRÉDITO PRESUMIDO. NOTA FISCAL DE VENDA DE MATÉRIAS PRIMAS, PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E MATERIAIS DE EMBALAGEM. EXIGÊNCIA LEGAL.

A Lei nº 9.363/96 exige que os valores relativos à aquisição de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem estejam amparados por nota fiscal de venda emitida pelo fornecedor ao produtor exportador. Recibos não se amoldam à exigência legal.

Assunto: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 1997, 1998

ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITO. PEDIDO DE RESSARCIMENTO.

Em regra, créditos objeto de pedido de resarcimento não devem ser atualizados por falta de previsão legal. Por outro lado, a regra deve ser excepcionada quando a fiscalização impõe uma restrição injustificada, caso em que o contribuinte recorre ao Poder Judiciário para ver reconhecido o seu direito ao aproveitamento do crédito. Matéria que já foi objeto de decisão do STJ submetida ao regime do art. 543-C do Código de Processo Civil (REsp 993.164). Hipótese de aplicação do art. 62-A do Anexo II do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 256 de 2009, e alterações posteriores.

No Recurso Especial, por meio do qual pleiteou, ao final, a reforma do *decisum*, a Recorrente suscita divergência quanto (a) à incidência da taxa Selic sobre o

ressarcimento do crédito presumido de IPI e quanto (b) à natureza escritural do mesmo crédito. Alega divergência de entendimento em relação ao que decidido nos Acórdãos nº 02-03.718, de 27/11/2008, e CSRF nº. 9303-00.720, de 02/02/2010.

O exame de admissibilidade do Recurso Especial encontra-se às fls. 1017/1022.

A contribuinte apresentou contrarrazões ao recurso especial (fls. 1036/1047).
É o Relatório.

Voto

Conselheiro Charles Mayer de Castro Souza, Relator.

Presentes os demais requisitos de admissibilidade, entendemos que o recurso especial deve ser conhecido.

Consoante se demonstrou no seu exame, o recurso comprovou o dissídio jurisprudencial, uma vez que, enquanto o acórdão recorrido entendeu caber a incidência da taxa Selic sobre os valores resarcidos de crédito presumido de IPI, o primeiro paradigma concluiu que, sendo o ressarcimento hipótese distinta da restituição, é incabível a atualização do valor resarcido pela taxa Selic.

O mesmo se deu com relação ao segundo tema proposto no recurso especial, uma vez que, enquanto o acórdão recorrido manifestou o entendimento de que o crédito presumido de IPI teria natureza escritural, de modo que seria aplicável a decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ nos autos do REsp nº 993.164/MG (referido na ementa do acórdão recorrido), o acórdão paradigma entendeu que o mesmo crédito teria natureza de benefício fiscal, de forma que, neste caso, não se justificaria a sua correção.

Todavia, o cerne da questão é a só aplicação ou a não da taxa Selic. O segundo tema foi suscitado no recurso especial apenas como argumento para reforçar a defendida pela aplicação da mesma taxa.

E esta matéria, como se sabe, não é nova.

Esta Corte administrativa vem chancelando, por imposição do art. 62 do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF n.º 343, de 09/06/2015, o entendimento consolidado no âmbito do Poder Judiciário no sentido de que a oposição constante de ato estatal, administrativo ou normativo, impedindo a utilização do direito de crédito de IPI enseja a incidência da taxa Selic sobre os valores não utilizados, tal como decidiu o STJ nos autos do REsp nº 993.164/MG (DJe 17/12/2010). Confira-se:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL
REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. IPI. CRÉDITO
PRESUMIDO PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO
PIS/PASEP E DA COFINS. EMPRESAS PRODUTORAS E
EXPORTADORAS DE MERCADORIAS NACIONAIS. LEI
9.363/96. INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF 23/97.
CONDICIONAMENTO DO INCENTIVO FISCAL AOS
INSUMOS ADQUIRIDOS DE FORNECEDORES SUJEITOS À*

TRIBUTAÇÃO PELO PIS E PELA COFINS. EXORBITÂNCIA DOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI ORDINÁRIA. SÚMULA VINCULANTE 10/STF. OBSERVÂNCIA. INSTRUÇÃO NORMATIVA (ATO NORMATIVO SECUNDÁRIO). CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. EXERCÍCIO DO DIREITO DE CRÉDITO POSTERGADO PELO FISCO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CRÉDITO ESCRITURAL. TAXA SELIC. APLICAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535, DO CPC. INOCORRÊNCIA.

1. O crédito presumido de IPI, instituído pela Lei 9.363/96, não poderia ter sua aplicação restringida por força da Instrução Normativa SRF 23/97, ato normativo secundário, que não pode inovar no ordenamento jurídico, subordinando-se aos limites do texto legal.

2. A Lei 9.363/96 instituiu crédito presumido de IPI para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e COFINS, ao dispor que:

"Art. 1º A empresa produtora e exportadora de mercadorias nacionais fará jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, como ressarcimento das contribuições de que tratam as Leis Complementares nos 7, de 7 de setembro de 1970, 8, de 3 de dezembro de 1970, e de dezembro de 1991, incidentes sobre as respectivas aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, nos casos de venda a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação para o exterior."

(...)

12. A oposição constante de ato estatal, administrativo ou normativo, impedindo a utilização do direito de crédito de IPI (decorrente da aplicação do princípio constitucional da não-cumulatividade), descharacteriza referido crédito como escritural (assim considerado aquele oportunamente lançado pelo contribuinte em sua escrita contábil), exsurgindo legítima a incidência de correção monetária, sob pena de enriquecimento sem causa do Fisco (Aplicação analógica do precedente da Primeira Seção submetido ao rito do artigo 543-C, do CPC: REsp 1035847/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 24.06.2009, DJe 03.08.2009).

(...)

17. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008. (grifamos)

Note-se que o arresto do STJ – que, como se viu, foi proferido na sistemática dos recursos repetitivos – **versou exatamente sobre o mesmo crédito presumido de IPI de que trata a Lei nº 9.363, de 1996**, de modo que este só fato já é suficiente para autorizar a aplicação da taxa Selic sobre os valores que a autoridade competente não reconheceu no Despacho Decisório e que só foram posteriormente reconhecidos.

A natureza do crédito de IPI discutido no REsp nº 993.164/MG não compôs o dispositivo do acórdão, mas apenas integrou os seus fundamentos. Nesse contexto, desnecessário enfrentar o segundo tema proposto no recurso especial.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e, no mérito, dou-lhe parcial provimento.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Charles Mayer de Castro Souza